



4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 84.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1990
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Pirajá Ferreira.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, João Arruda, José Rogério Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (24). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivô Beraldin, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli e Vera Agibert (30).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, as qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N° 174/90

Curitiba, 10 de outubro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do art. 72, da Lei n° 6.417, de 03 de julho de 1973.

A lei acima referida dispõe sobre o "Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado" e o seu art. 72, cuja modificação de redação é pretendida, trata da "etapa" dos integrantes daquela Corporação. A forma que se pretende adotar para correção de tal benefício, que passará a ser mensal e com base nos índices oficiais da inflação, melhor atende aos interesses, não só dos Policiais Militares mas também da própria Entidade Policial Militar do Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O art. 72, da Lei n° 6.417, de 03 de julho de 1973, passa, acrescido de parágrafo, a ter a seguinte redação:

"Art. 72 - A etapa é a importância em dinheiro correspondente ao custeio da ração da região ou localidade considerada, fixada mensalmente.

Parágrafo Único - A correção mensal do valor da etapa, será efetivada por ato do Comandante Geral da PMPR, com base em índices oficiais da inflação."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 175/90

Curitiba, 10 de outubro de 1990.
Senhor Presidente.

Aditando a Mensagem n° 154/90, de 20 de agosto de 1990, em tramitação nessa augusta Casa, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência providências no sentido de que o anteprojeto de lei por ela encaminhado seja substituído pelo que vai aqui apensado.

Esta nova formulação decorre de reexame feito sobre a matéria, cujas conclusões indicam a possibilidade de extensão do pretendido benefício aos integrantes de todos os postos e graduações da Polícia Militar do Estado e não concedido apenas aos Oficiais Superiores e Intermediários

como havia sido originariamente proposto.

Desta forma estar-se-á atendendo reivindicações da totalidade dos Policiais Militares, concedendo-se-lhes a majoração da Gratificação Policial Militar Especial de que tratam as Leis n.ºs 6.417/73, 7.434/80 e 8.931/89, sob a forma de percentual decrescente.

Certo de que a presente solicitação merecerá o necessário atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o Art. 89, item 3, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei n.º 7.434, de 29 de dezembro de 1980 e pela Lei n.º 8.931, de 24 de janeiro de 1989, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os percentuais abaixo fixados:

Coronel.....	387,46%
Tenente Coronel.....	387,45%
Major.....	374,10%
Capitão.....	374,09%
1º Tenente.....	260,00%
2º Tenente.....	253,00%
Aspirante a Oficial.....	228,00%
Aluno EPO - 3º ano.....	142,70%
Aluno EPO - 2º e 1º ano.....	128,00%
Subtenente.....	225,50%
1º Sargento.....	215,50%
2º Sargento.....	213,70%
3º Sargento.....	207,50%
Cabo.....	150,00%
Soldado 1ª Classe.....	142,70%
Soldado 2ª Classe.....	128,00%

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 176/90

Curitiba, 10 de outubro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exca., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva elevar para 150% (cento e cinquenta por cento) a Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial-RETP, de que trata o art. 92, da Lei Complementar n.º 14/82, com alterações posteriores, paga aos policiais civis ocupantes de cargos previstos nos incisos II a XVIII, do art. 13, da referida Lei Complementar 14/82, com a redação dada pela Lei Complementar de n.º 19/83.

A medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa consubstancia o re-

sultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Segurança Pública, da Administração e da Fazenda e visa atender reivindicações dos integrantes das carreiras que compõem o Quadro da Polícia Civil do Estado, exceto dos Delegados de Polícia que já obtiveram melhorias remuneratórias em face de normas constitucionais específicas.

A elevação do percentual da vantagem do Regime Especial de Trabalho Policial (RETP), de 80% (oitenta por cento) para 150% (cento e cinquenta por cento), representa um acréscimo real aos vencimentos de funcionários policiais civis, na ordem de 40% (quarenta por cento), satisfazendo suas necessidades salariais, conforme, aliás, manifestaram-se as respectivas entidades representativas de classe.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A gratificação de que trata o art. 92, da Lei Complementar n.º 14/82, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 35/86, alterada pelo art. 3º da Lei n.º 8.931/89 e pela Lei n.º 9.101/89, fica elevada para 150% (cento e cinquenta por cento) aos ocupantes de cargos previstos no art. 13, inciso II a XVIII, da referida Lei Complementar n.º 14/82, alterada pela Lei Complementar n.º 19/83.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N.º 177/90

Curitiba, 10 de outubro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os percentuais da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei n.º 6.417, de 03 de julho de 1973, com suas posteriores modificações.

O plano de lei ora encaminhado a exame dessa augusta Assembléia Legislativa é oportuno e necessário, refletindo a preocupação do Governo do Estado no sentido de que não sejam criadas disparidades remuneratórias entre os servidores policiais civis e militares, estando assim, levando em conta a proposta de elevação da Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho RETP, (aos policiais civis) encaminhada a

esse Poder Legislativo através da Mensagem n° 176/90, de 10.10.90.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei n° 6.417, de 03 de julho de 1973, com suas posteriores alterações, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os percentuais abaixo fixados para os Oficiais Subalternos e Praças:

1° Tenente.....	316,80%
2° Tenente.....	309,20%
Aspirante a Oficial.....	281,40%
Aluno EFO - 3° ano.....	181,10%
Aluno EFO - 2° e 1° ano.....	163,20%
Subtenente.....	276,70%
1° Sargento.....	265,61%
2° Sargento.....	262,60%
3° Sargento.....	255,90%
Cabo.....	189,00%
Soldado 1ª Classe.....	181,10%
Soldado 2ª Classe.....	163,20%

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 178/90

Curitiba, 10 de outubro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o anteprojeto de lei que visa obter aprovação de créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, no montante de Cr\$ 275.123.649,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), alocados em Órgãos da Administração Direta e Indireta, conforme detalhamento a seguir:

ÓRGÃOS	VALOR
Assembléia Legislativa...	Cr\$ 1.000.000,00
Tribunal de Contas.....	Cr\$ 25.000.000,00
Procuradoria Geral do Estado.....	Cr\$ 2.145.000,00
Chefia do Poder Executivo Administração Direta..	Cr\$ 10.000.000,00
Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR.....	Cr\$ 1.135.810,00
Fundação Universidade Estadual de Londrina.....	Cr\$ 60.824.000,00

Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa...	Cr\$ 5.000.000,00
Fundação Universidade Estadual de Maringá.....	Cr\$ 6.300.000,00
Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guaruapuava.....	Cr\$ 2.500.000,00
Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio.....	Cr\$ 1.500.000,00
Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho.....	Cr\$ 2.000.000,00
Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranguá.....	Cr\$ 1.000.000,00
Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.....	Cr\$ 2.600.000,00
Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.....	Cr\$ 4.800.000,00
Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho.....	Cr\$ 700.000,00
Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro.....	Cr\$ 500.000,00
Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE.....	Cr\$ 5.209.000,00
Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná.....	Cr\$ 3.600.000,00
Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.....	Cr\$ 30.750.000,00
Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná.....	Cr\$ 2.000.000,00
Secretaria de Estado da Administração-Administração Direta.....	Cr\$ 800.000,00
Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.....	Cr\$ 529.000,00
Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM.....	Cr\$ 3.000.000,00
Secretaria de Estado da Fazenda	
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM.....	Cr\$ 1.200.000,00
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	
Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER/PR.	Cr\$ 6.660.019,00
Fundação Instituto Agro-	

SUPLEMENTACAO		ANEXO 1		FL. 02	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CR\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL1 FTID1 IR1	VALOR	IN.DD. IPROC. ICUP
	ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA CASA CIVIL	3231.00	1001L1	10.000.000	10736
0908	GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL DA CIENCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - ENTIDADES VINCULADAS		1 1 1		1
2085	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO FACULDADE DE EDUCACAO MUSICAL DO PARANA	3211.03	1001L1	2.000.000	10736
2107	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	3211.03	1001L1	7.300.000	10794
2108	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	3211.03	1001L1	4.500.000	10736
		4311.02	1001L1	500.000	10736
2109	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	3211.03	1001L1	6.300.000	10845
2110	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE GUARAPUAVA	3211.03	1001L1	2.500.000	10796
2111	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO PROCOPIO	3211.03	1001L1	1.500.000	10845
2112	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	3211.03	1001L1	2.000.000	10794
2113	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE PARANAGUA	3211.03	1001L1	1.000.000	10845
2114	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE UNIAO DA VITORIA	3211.03	1001L1	1.800.000	10794
2115	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA	3211.03	1001L1	800.000	10794
2116	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO FISICA DE JACAREZINHO	3211.03	1001L1	700.000	10845
2117	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO NORTE PIONEIRO	3211.03	1001L1	500.000	10845
2119	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	3211.03	1001L1	5.200.000	10794
2120	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO ESCOLA DE MUSICA E BELAS ARTES DO PARANA	3211.03	1001L1	3.600.000	10794

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I			FL. 03		CRS 1,00	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI						
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	111	111	VALOR	IN. DOI	PROCU	ICUP
0911	1GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL	1	1	1	1	1		
	1DO ESPORTE E TURISMO - ENTIDADES	1	1	1	1	1		
	1VINCULADAS	1	1	1	1	1		
2213	1PROGRAMAÇÃO PARA O	1	1	1	1	1		
	1DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO	1	1	1	1	1		
	1PARANA - FESTUR	1	3211.031001L1	1	1.135.465	10851		
	1	1	1	1	1	1		
1300	1PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1	1	1	1	1		
	1	1	1	1	1	1		
1301	1PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1	1	1	1	1		
2049	1MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	1	1	1	1	1		
	1DO ESTADO	1	3132.001001L1	1	2.145.000	10911		
	1	1	1	1	1	1		
2100	1SECRETARIA DE ESTADO DA	1	1	1	1	1		
	1ADMINISTRAÇÃO	1	1	1	1	1		
	1	1	1	1	1	1		
2102	1GABINETE DO SECRETARIO -	1	1	1	1	1		
	1ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1	1		
2007	1PROGRAMAÇÃO A CARGO DO	1	1	1	1	1		
	1DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	1	1	1	1	1		
	1CONSTRUÇÃO, DE OBRAS E MANUTENÇÃO	1	1	1	1	1		
	1- DECOM	1	3211.031001L1	1	3.000.000	107741		
2011	1AQUISIÇÃO CENTRALIZADA DE	1	1	1	1	1		
	1MATERIAIS - DEAM	1	4311.021001L1	1	1.917.634	108161		
2103	1DIRETORIA GERAL	1	1	1	1	1		
2004	1AQUISIÇÃO DE IMOVEIS E CONTROLE	1	1	1	1	1		
	1DO PATRIMONIO DO ESTADO	1	3132.001001L1	1	800.000	107741		
	1	1	1	1	1	1		
2700	1SECRETARIA DE ESTADO DA	1	1	1	1	1		
	1AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	1	1	1	1	1		
	1	1	1	1	1	1		
2702	1GABINETE DO SECRETARIO -	1	1	1	1	1		
	1ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1	1		
1133	1PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	1	1	1	1		
	1INTEGRADO DO PARANA - PARANA	1	1	1	1	1		
	1RURAL/BIRD - IAPAR	1	3211.031001L1	1	6.750.000	107701		
	1	1	3211.031181L1	1	10.250.000	107701		
	1	1	1	1	1	1		
2900	1SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	1	1	1	1	1		
	1	1	1	1	1	1		
2902	1GABINETE DO SECRETARIO -	1	1	1	1	1		
	1ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1	1		
2063	1PROGRAMAÇÃO A CARGO DA BIBLIOTECA	1	1	1	1	1		
	1PUBLICA DO PARANA	1	3211.031001L1	1	7.483.700	108161		
2064	1PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUNDAÇÃO	1	1	1	1	1		
	1TEATRO GUAIRA	1	3211.031001L1	1	2.901.600	108231		
2903	1DIRETORIA GERAL	1	1	1	1	1		
2051	1MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA	1	1	1	1	1		
	1ADMINISTRATIVA E PROGRAMÁTICA DA	1	1	1	1	1		
	1SEEC	1	3120.001001L1	1	1.500.000	107871		
	1	1	4110.001001L1	1	332.987	108161		
	1	1	4120.001001L1	1	140.931	107871		

SUPLEMENTACAO		A N E X O 1		FL. 04	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO1	ESPECIFICACAO	INATUREZA1	IL1	VALOR	IN.DU1
		DA	IFTID1		IPROCI
		IDESPESA 1	IR1		ICUP 1
3100	1SECRETARIA DE ESTADO DO	1	1 1 1		1 1
	1DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	1	1 1 1		1 1
	1MEIO-AMBIENTE	1	1 1 1		1 1
	1	1	1 1 1		1 1
3102	1GABINETE DO SECRETARIO -	1	1 1 1		1 1
	1ENTIDADES VINCULADAS	1	1 1 1		1 1
2174	1PROGRAMACAO A CARGO DA	1	1 1 1		1 1
	1COORDENACAO DA REGIAO	1	1 1 1		1 1
	1METROPOLITANA DE CURITIBA	1	1 1 1		1 1
2176	1PROGRAMACAO A CARGO DA	1	3211.031001L1	200.000	108611
	1SUPERINTENDENCIA DOS RECURSOS	1	1 1 1		1 1
	1HIDRICOS E MEIO AMBIENTE	1	3211.031001L1	45.000.000	109111
	1	1	1 1 1		1 1
4300	1SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA,	1	1 1 1		1 1
	1TRABALHO E ACAO SOCIAL	1	1 1 1		1 1
	1	1	1 1 1		1 1
4303	1DIRETORIA GERAL	1	1 1 1		1 1
2066	1MANUTENCAO DA ESTRUTURA	1	1 1 1		1 1
	1ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	1	1 1 1		1 1
	1SEJA	1	3132.001001L1	88.000	103871
2210	1COORDENACAO DAS RELACOES DO	1	1 1 1		1 1
	1TRABALHO	1	3231.001001L1	3.314.768	103871
	1	1	1 1 1		1 1
4500	1SECRETARIA DE ESTADO DOS	1	1 1 1		1 1
	1TRANSPORTES	1	1 1 1		1 1
	1	1	1 1 1		1 1
4503	1DIRETORIA GERAL	1	1 1 1		1 1
1008	1DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	1	1 1 1		1 1
	1FINALISTICOS DAS UNIDADES	1	1 1 1		1 1
	1PROGRAMATICAS DA SETR	1	3132.001001L1	27.900	103871
2203	1MANUTENCAO DAS ATIVIDADES-MEIO DA	1	1 1 1		1 1
	1ADMINISTRACAO DIRETA DA SETR	1	3120.001001L1	1.000.000	103871
		T O T A L		164.196.985	1

CANCELAMENTO		A N E X O 1 1		FL. 05	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO1	ESPECIFICACAO	INATUREZA1	IL1	VALOR	IN.DU1
		DA	IFTID1		IPROCI
		IDESPESA 1	IR1		ICUP 1
0100	1ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1	1 1 1		1 1
	1	1	1 1 1		1 1
0101	1ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1	1 1 1		1 1
2268	1PROCESSO LEGISLATIVO	1	4110.001001L1	1.000.000	107961

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL	VALOR	IN.DOC.
1	1	1	1	1	1
0300	TRIBUNAL DE CONTAS	4110.001001L1	25.000.000	107961	1
0301	TRIBUNAL DE CONTAS	1	1	1	1
2271	CONTROLE LEGAL DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1	1	1	1
0700	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	1	1	1	1
0707	GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL DA CIENCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	1	1	1	1
2083	MANUTENCAO DO GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL DA CIENCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	4130.001001L1	88.000	103871	1
2084	AVALIACAO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	3132.001001L1	20.009.000	107941	1
0708	GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL DA CIENCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - ENTIDADES VINCULADAS	4130.001001L1	18.600.000	107941	1
2120	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDACAO ESCOLA DE MUSICA E BELAS ARTES DO PARANA	4311.021001L1	1.600.000	107961	1
0911	GABINETE DO SECRETARIO ESPECIAL DO ESPORTE E TURISMO - ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1
2070	PROGRAMACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PARANA - FESTUR	4311.021001L1	152.128	108511	1
2213	PROGRAMACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO PARANA - FESTUR	3211.021001L1	223	108511	1
		4311.011001L1	4.464	108511	1
		4311.021001L1	978.650	108511	1
1300	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1	1	1	1
1301	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1	1	1	1
2049	MANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	3191.001001L1	2.145.000	109111	1
2100	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO	1	1	1	1
2101	GABINETE DO SECRETARIO	1	1	1	1
2001	ADMINISTRACAO DO GABINETE DO SECRETARIO - SEAD	3132.001001L1	3.800.000	107741	1
2102	GABINETE DO SECRETARIO -	1	1	1	1

Pág. 09

FL. 07
CRS 1,00

FL. 07
CRS 1,00

	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL1	IFTID1	IR1	VALOR	IN.D01	IPROCU	ICOP
1	IDENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1		1	1	1
1 1010	EXECUCAO CENTRALIZADA DE REPAROS E OBRAS - DECOM	1	1	1	1		1	1	1
1		1	3211.031001L1			27.900	103871		
1		1	4311.021001L1			3.500.000	103871		
1 2011	AQUISICAO CENTRALIZADA DE MATERIAIS - DEAM	1	1	1	1		1	1	1
1		1	3211.031001L1			4.753.250	103871		
1		1	1	1	1		1	1	1
1 2700	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	1	1	1	1		1	1	1
1		1	1	1	1		1	1	1
1 2702	GABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1		1	1	1
1		1	1	1	1		1	1	1
1 1133	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO PARANA - PARANA RURAL/DIRO - IAPAR	1	1	1	1		1	1	1
1		1	4311.021001L1			6.750.000	109701		
1		1	4311.021181L1			10.250.000	109701		
1		1	1	1	1		1	1	1
1 2900	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	1	1	1	1		1	1	1
1		1	1	1	1		1	1	1
1 2901	GABINETE DO SECRETARIO	1	1	1	1		1	1	1
1 2050	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DA POLITICA CULTURAL	1	1	1	1		1	1	1
1		1	3132.001001L1			4.512.290	108161		
1		1	4110.001001L1			186.000	108161		
1		1	4120.001001L1			71.493	108231		
1		1	4130.001001L1			93.000	108161		
1		1	4192.001001L1			10.000	108161		
1		1	4331.001001L1			36.500	108161		
1 2902	GABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1		1	1	1
1		1	1	1	1		1	1	1
1 2063	PROGRAMACAO A CARGO DA BIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	1	1	1	1		1	1	1
1		1	4311.021001L1			7.483.700	108161		
1 2064	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDAÇÃO TEATRO GUAIRA	1	1	1	1		1	1	1
1		1	4311.021001L1			2.901.600	108231		
1 2903	DIRETORIA GERAL	1	1	1	1		1	1	1
1 2051	MANTENCAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA SEE	1	1	1	1		1	1	1
1		1	3132.001001L1			1.500.000	107871		
1		1	4192.001001L1			12.594	108161		
1 2904	COORDENADORIA DE MUSEUS	1	1	1	1		1	1	1
1 2057	IMPLANTACAO E COORDENACAO DA POLITICA MUSEOLOGICA	1	1	1	1		1	1	1
1		1	4120.001001L1			3.855	108231		
1 2059	PRESERVACAO DA MEMORIA DE ALFREDO ANDERSEN E FOMENTO DO ENSINO DAS ARTES PLASTICAS	1	1	1	1		1	1	1
1		1	4110.001001L1			139.500	108161		
1 2060	MANTENCAO DAS ATIVIDADES DO MUSEU PARANAENSE	1	1	1	1		1	1	1
1		1	4110.001001L1			2.046	108161		
1		1	4120.001001L1			7.320	107871		
1 2061	PRESERVACAO DAS MANIFESTACOES CULTURAIS ATRAVES DO MUSEU DA	1	1	1	1		1	1	1
1		1	1	1	1		1	1	1

CANCELAMENTO		ANEXO 1		FL. 08	
ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI				CR\$ 1,00	
ICODIGO1	ESPECIFICACAO	INATUREZA1	IL1	VALOR	IN.DU1
		DA	IFTID1		IPROCI
		IDESPESA	IR1		ICOP 1
1	IMAGEM E DO SOM	1	4110.001001L1	5.441	10816.
1	2062 IMANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO	1	1 1 1		1
1	IMUSEU DE ARTE DO PARANA	1	4120.001001L1	34.163	10787.
1	2905 ICOORDENADORIA DO PATRIMONIO	1	1 1 1		1
1	ICULTURAL	1	1 1 1		1
1	2055 IPRESERVACAO E VALORIZACAO DO	1	1 1 1		1
1	IPATRIMONIO HISTORICO E NATURAL	1	4120.001001L1	4.198	10823.
1	2906 ICOORDENADORIA DE ACAA CULTURAL	1	1 1 1		1
1	2053 IIMPLEMENTACAO DA ACAA CULTURAL	1	4120.001001L1	18.600	10823.
1	2907 ICOORDENADORIA DE PESQUISA E	1	1 1 1		1
1	IENSINO ARTISTICO	1	1 1 1		1
1	2054 IPESQUISA E DOCUMENTACAO CULTURAL	1	1 1 1		1
1	IDU PARANA	1	4120.001001L1	1.302	10823
1	1	1	1 1 1		1
1	3100 ISECRETARIA DE ESTADO DO	1	1 1 1		1
1	IDENSVOLVIMENTO URBANO E DO	1	1 1 1		1
1	IMEIO-AMBIENTE	1	1 1 1		1
1	1	1	1 1 1		1
1	3102 IGABINETE DO SECRETARIO -	1	1 1 1		1
1	IENTIDADES VINCULADAS	1	1 1 1		1
1	2174 IPROGRAMACAO A CARGO DA	1	1 1 1		1
1	ICOORDENACAO DA REGIAO	1	1 1 1		1
1	IMETROPOLITANA DE CURITIBA	1	4311.021001L1	200.000	108611
1	1	1	1 1 1		1
1	4300 ISECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA,	1	1 1 1		1
1	ITRABALHO E ACAA SOCIAL	1	1 1 1		1
1	1	1	1 1 1		1
1	4303 IBIRETORIA GERAL	1	1 1 1		1
1	2210 ICOORDENACAO DAS RELACOES DO	1	1 1 1		1
1	ITRABALHO	1	3132.001001L1	3.314.768	103871
1	1	1	1 1 1		1
1	4500 ISECRETARIA DE ESTADO DOS	1	1 1 1		1
1	ITRANSPORTES	1	1 1 1		1
1	1	1	1 1 1		1
1	4502 IGABINETE DO SECRETARIO -	1	1 1 1		1
1	IENTIDADES VINCULADAS	1	1 1 1		1
1	2202 IPROGRAMACAO A CARGO DO	1	1 1 1		1
1	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	1	1 1 1		1
1	IRUDAGEM - DER	1	3211.021001L1	45.000.000	109111
		T O T A L 1		164.196.985	1

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O 1 1 1			FL. 09		CRS 1,00	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI						
ICOD1001	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA1	IL1	DA	IFT1D1	VALOR	IN.D01	IPROCI
		DESPESA	1	IR1			ICUP	1
1 1000	1CHEFIA DO PODER EXECUTIVO -	1	1	1	1		1	1
1	1ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1		1	1
1	1	1	1	1	1		1	1
1 1020	1FUNDACAO DE ESPORTE E TURISMO -	1	1	1	1		1	1
1	1FESTUR	1	1	1	1		1	1
1 2211	1MANUTENCAO DA FUNDACAO DE ESPORTE	1	1	1	1		1	1
1	1E TURISMO	1	3120.00	1001L1		500.000	108511	
1	1	1	3132.00	1001L1		500.000	108511	
1	1	1	3280.00	1001L1		135.810	108511	
1 1021	1FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	1	1	1	1		1	1
1	1LONDRINA	1	1	1	1		1	1
1 2089	1ADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1	1	1	1		1	1
1	1EM LONDRINA	1	3132.00	1001L1		59.128.000	107941	
1 1022	1FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	1	1	1	1		1	1
1	1PONTA GROSSA	1	1	1	1		1	1
1 2090	1ADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E	1	1	1	1		1	1
1	1SUPERIOR EM PONTA GROSSA	1	3120.00	1001L1		2.500.000	109361	
1	1	1	3132.00	1001L1		2.000.000	109361	
1	1	1	4120.00	1001L1		500.000	109361	
1 1023	1FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	1	1	1	1		1	1
1	1MARINGA	1	1	1	1		1	1
1 2091	1ADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1	1	1	1		1	1
1	1EM MARINGA	1	3120.00	1001L1		3.300.000	108451	
1	1	1	3132.00	1001L1		3.000.000	108451	
1 1024	1FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1	1	1	1		1	1
1	1FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE	1	1	1	1		1	1
1	1GUARAPUAVA	1	1	1	1		1	1
1 2092	1ADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1	1	1	1		1	1
1	1EM GUARAPUAVA	1	3132.00	1001L1		2.500.000	107961	
1 1025	1FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1	1	1	1		1	1
1	1FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE	1	1	1	1		1	1
1	1CORNELIO PROCOPIO	1	1	1	1		1	1
1 2093	1ADMINISTRACAO DO ENSINO MEDIO E	1	1	1	1		1	1
1	1SUPERIOR EM CORNELIO PROCOPIO	1	3132.00	1001L1		1.500.000	108451	
1 1026	1FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1	1	1	1		1	1
1	1FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE	1	1	1	1		1	1
1	1JACAREZINHO	1	1	1	1		1	1
1 2094	1ADMINISTRACAO DO ENSINO DE	1	1	1	1		1	1
1	1FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS EM	1	1	1	1		1	1
1	1JACAREZINHO	1	3132.00	1001L1		2.000.000	107941	

CURITIBA

SUPPLEMENTAÇÃO		ANEXO 111			FL. 12	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI			CR\$ 1,00	
1001001	ESPECIFICAÇÃO	1	INATDREZA1	1L1	1N.D01	1
1	1	1	DA	IFTID1	VALOR	1PROC1
1	1	1	DESPEGA	1	1R1	1COP
1174	TREINAMENTO - PARANA RURAL/BIRD -	1	1	1	1	1
11APAR		1	3120.00	1001L1	500.000	109701
1	1	1	3120.00	1181L1	500.000	109701
1	1	1	3132.00	1001L1	500.000	109701
1	1	1	3132.00	1181L1	5.500.000	109701
2867	EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA	1	1	1	1	1
1	TECNICA E EXTENSAO RURAL -	1	1	1	1	1
1	EMATER/PARANA	1	1	1	1	1
1176	EXTENSAO RURAL - PARANA	1	1	1	1	1
1	RURAL/BIRD - EMATER/PR	1	3132.00	1001L1	299.357	107871
1	1	1	3132.00	1181L1	299.357	107871
1178	MONITORAMENTO E FISCALIZACAO -	1	1	1	1	1
1	PARANA RURAL/BIRD - EMATER/PR	1	3132.00	1001L1	4.636	107871
1	1	1	3132.00	1181L1	4.636	107871
2265	ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO	1	1	1	1	1
1	RURAL	1	3132.00	1001L1	6.052.033	107871
1	1	1	1	1	1	1
3000	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -	1	1	1	1	1
1	ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1	1
1	1	1	1	1	1	1
3045	FUNDACAO RADIO E TELEVISAO DO	1	1	1	1	1
1	PARANA	1	1	1	1	1
2172	IMPLANTACAO E OPERACAO DOS	1	1	1	1	1
1	SISTEMAS DE RADIOBIFUSAO DE SONS	1	1	1	1	1
1	DE IMAGENS	1	3231.00	1001L1	2.000.000	108161
3070	BIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	1	1	1	1	1
2065	MANUTENCAO DA BIBLIOTECA PUBLICA	1	1	1	1	1
1	DO PARANA	1	3120.00	1001L1	2.427.000	108161
1	1	1	3131.00	1001L1	150.480	108161
1	1	1	3132.00	1001L1	5.000.000	108161
3071	FUNDACAO TEATRO GUAIRA	1	1	1	1	1
2067	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS	1	1	1	1	1
1	ARTES CENICAS	1	3132.00	1001L1	2.901.600	108231
1	1	1	1	1	1	1
3200	SECRETARIA DE ESTADO DO	1	1	1	1	1
1	DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	1	1	1	1	1
1	MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	1	1	1	1	1
1	VINCULADAS	1	1	1	1	1
1	1	1	1	1	1	1

CURITIBA

CANCELLAMENTO		ANEXO IV		FL. 15		CRS 1,00	
ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI							
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	DA	IFTID	VALOR	N.DU
		DESPESA	IR				PROCI
							CUP
1	1ESPORTE AMADOR E COMPETICOES	1	1	1	1		1
1	1ESPORTIVAS	1	4323.00	1001	11	13.950	10851
1	1021 1FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE	1		1	1		1
1	1LONDRINA	1		1	1		1
1	12089 1ADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1		1	1		1
1	1EM LONDRINA	1		1	1		1
1	1028 1FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1	3120.00	1001	11	51.828.000	10794
1	1FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE	1		1	1		1
1	1UNIAO DA VITORIA	1		1	1		1
1	1085 1EDIFICACOES PARA A FUNDACAO	1		1	1		1
1	1FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	1		1	1		1
1	1CIENCIAS E LETRAS DE UNIAO DA	1		1	1		1
1	1VITORIA	1	4110.00	1001	11	800.000	10794
1	1029 1FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1		1	1		1
1	1CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA	1		1	1		1
1	1087 1EDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA A	1		1	1		1
1	1FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE	1		1	1		1
1	1CIENCIAS ECONOMICAS DE APUCARANA	1	4110.00	1001	11	4.000.000	10845
1	1034 1FUNDACAO ESCOLA DE MUSICA E BELAS	1		1	1		1
1	1ARTES DO PARANA	1		1	1		1
1	12087 1ADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR	1		1	1		1
1	1DE MUSICA E BELAS ARTES	1	4120.00	1001	11	1.600.000	10796
1	1035 1INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA	1		1	1		1
1	1- TECPAR	1		1	1		1
1	12102 1PESQUISAS TECNOLOGICAS, TESTES,	1		1	1		1
1	1ANALISES E CONTROLE DA QUALIDADE	1		1	1		1
1	1EM PRODUTOS QUIMICOS E BIOLOGICOS	1	3111.01	1001	11	10.300.000	107741
1	1	1	3111.02	1001	11	565.000	107741
1	12103 1APOIO AO DESENVOLVIMENTO,	1	3113.00	1001	11	6.000.000	107741
1	1PESQUISA E CONTROLE DA QUALIDADE	1		1	1		1
1	1DE PRODUTOS INDUSTRIAIS - CTI	1	3111.01	1001	11	8.747.000	107741
1	1	1	3113.00	1001	11	5.138.000	107741
1	12200 1SECRETARIA DE ESTADO DA	1		1	1		1
1	1ADMINISTRACAO - ENTIDADES	1		1	1		1
1	1VINCULADAS	1		1	1		1
1	12252 1DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	1		1	1		1
1	1ADMINISTRACAO DE MATERIAL - DEAM	1		1	1		1
1	12018 1MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE	1		1	1		1
1	1ADMINISTRACAO DE MATERIAL	1	4110.00	1001	11	529.000	108511
1	12019 1ADQUISICAO CENTRALIZADA DE	1		1	1		1
1	1MATERIAIS - DEAM	1	3120.00	1001	11	4.753.250	103871
1	12255 1DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	1		1	1		1
1	1CONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO	1		1	1		1
1	1- DECOM	1		1	1		1
1	1002 1EXECUCAO CENTRALIZADA DE REPAROS	1		1	1		1
1	1E OBRAS - DECOM	1	3132.00	1001	11	27.900	103871

CANCELAMENTO		A N E X O I V		FL. 16	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL1 IFT1B1 IR1	VALOR	IN.DU1 IPRUC1 ICOP1
1	1	1	4110.001001L1	3.500.000	103871
1	1	1	1 1 1	1	1
1	2400 1 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	-1	1 1 1	1	1
1	1 ENTIDADES VINCULADAS	1	1 1 1	1	1
1	1	1	1 1 1	1	1
1	2462 1 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO	1	1 1 1	1	1
1	1 ESTADO DO PARANA - IPEM/PR	1	1 1 1	1	1
1	2163 1 FISCALIZACAO E ORIENTACAO	1	1 1 1	1	1
1	1 METROLOGICA	1	3132.001001L1	1.200.000	108511
1	2800 1 SECRETARIA DE ESTADO DA	1	1 1 1	1	1
1	1 AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	1	1 1 1	1	1
1	1 ENTIDADES VINCULADAS	1	1 1 1	1	1
1	1	1	1 1 1	1	1
1	2866 1 FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONOMICO DO	1	1 1 1	1	1
1	1 PARANA - IAPAR	1	1 1 1	1	1
1	1145 1 PESQUISA AGROPECUARIA - PARANA	1	1 1 1	1	1
1	1 RURAL/BIRD - IAPAR	1	4120.001001L1	5.750.000	109701
1	1	1	4120.001181L1	4.250.000	109701
1	1174 1 TREINAMENTO - PARANA RURAL/BIRD	-1	1 1 1	1	1
1	1 IAPAR	1	4110.001001L1	1.000.000	109701
1	1	1	4110.001181L1	6.000.000	109701
1	2867 1 EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA	1	1 1 1	1	1
1	1 TECNICA E EXTENSÃO RURAL -	1	1 1 1	1	1
1	1 EMATER/PARANA	1	1 1 1	1	1
1	1176 1 EXTENSÃO RURAL - PARANA	1	1 1 1	1	1
1	1 RURAL/BIRD - EMATER/PR	1	3231.001001L1	299.357	107871
1	1	1	3231.001181L1	299.357	107871
1	1178 1 MONITORAMENTO E FISCALIZACAO -	1	1 1 1	1	1
1	1 PARANA RURAL/BIRD - EMATER/PR	1	3231.001001L1	4.636	107871
1	1	1	3231.001181L1	4.636	107871
1	2265 1 ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO	1	1 1 1	1	1
1	1 RURAL	1	3231.001001L1	6.052.033	107871
1	1	1	1 1 1	1	1
1	3000 1 SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	-1	1 1 1	1	1
1	1 ENTIDADES VINCULADAS	1	1 1 1	1	1
1	1	1	1 1 1	1	1
1	3045 1 FUNDAÇÃO RADIO E TELEVISÃO DO	1	1 1 1	1	1
1	1 PARANA	1	1 1 1	1	1
1	2172 1 IMPLANTACAO E OPERACAO DOS	1	1 1 1	1	1
1	1 SISTEMAS DE RÁDIO-DIFUSÃO DE SONS	1	1 1 1	1	1
1	1 E IMAGENS	1	3120.001001L1	500.000	10816
1	1	1	3132.001001L1	1.500.000	10816
1	3070 1 BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANA	1	1 1 1	1	1
1	1014 1 EXPANSÃO E DESCENTRALIZACAO DA	1	1 1 1	1	1
1	1 BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANA	1	4110.001001L1	7.427.000	10816
1	2065 1 MANUTENCAO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	1	1 1 1	1	1
1	1 DO PARANA	1	3192.001001L1	93.780	10816
1	1	1	4261.001001L1	56.700	10816

CANCELAMENTO		A N E X O I V		FL. 17		CRS 1,00	
ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI							
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	FTID	VALOR	IN.DUI	IPROCI
		DESPESA		IRI		ICUP	
1 3071	IFUNDACAO TEATRO GUAIRA	1	1	1 1		1	1
1 2067	IAPOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS	1	1	1 1		1	1
1	ARTES CENICAS	1	4120.00	1001L1	2.901.600	108231	
1	1	1	1	1 1		1	1
1 3200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	1	1	1 1		1	1
1	DESENVOLVIMENTO URBANO E DO	1	1	1 1		1	1
1	MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	1	1	1 1		1	1
1	VINCULADAS	1	1	1 1		1	1
1	1	1	1	1 1		1	1
1 3276	ISUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA	1	1	1 1		1	1
1	EROSAO E SANAMENTO AMBIENTAL -	1	1	1 1		1	1
1	SUCEAM	1	1	1 1		1	1
1 1063	ICONTROLE DA EROSAO URBANA -	1	1	1 1		1	1
1	IPRONORDESTE	1	3223.02	1001L1	800	108611	
1	1	1	4120.00	1001L1	10.000	108611	
1	1	1	4323.00	1001L1	240.000	108611	
1 1064	IDRENAGEM EM REGIOES SUJEITAS A	1	1	1 1		1	1
1	ENCHENTES	1	3223.02	1001L1	600	108611	
1 1065	IPROGRAMA DE DRENAGEM URBANA FORA	1	1	1 1		1	1
1	DA AREA DO PRONORDESTE	1	3223.02	1001L1	500	108611	
1	1	1	4110.00	1001L1	768.680	108611	
1	1	1	4120.00	1001L1	176.200	108611	
1	1	1	4261.00	1001L1	15.800	108611	
1	1	1	4323.00	1001L1	100.000	108611	
1 1069	IRECUPERACAO E URBANIZACAO DE	1	1	1 1		1	1
1	AREAS ERODIDAS	1	3223.02	1001L1	13.750	108611	
1	1	1	4120.00	1001L1	77.825	108611	
1	1	1	4323.00	1001L1	1.897	108611	
1 2182	IADMINISTRACAO GERAL - SUCEAM	1	3223.02	1001L1	500	108611	
1	1	1	4110.00	1001L1	139.500	108611	
1	1	1	4120.00	1001L1	2.792.040	108611	
1	1	1	4261.00	1001L1	40.920	108611	
1 2183	IFABRICACAO DE TUBOS	1	4120.00	1001L1	1.743.750	108611	
1 3278	ICOORDENACAO DA REGIAO	1	1	1 1		1	1
1	METROPOLITANA DE CURITIBA - COMECI	1	1	1 1		1	1
1 1079	IIV PROJETO EBTU/BIRD DE	1	1	1 1		1	1
1	INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES	1	1	1 1		1	1
1	URBANOS	1	4130.00	1001L1	200.000	108611	
1 4600	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	1	1	1 1		1	1
1	TRANSPORTES - ENTIDADES	1	1	1 1		1	1
1	VINCULADAS	1	1	1 1		1	1
1	1	1	1	1 1		1	1
1 4600	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	1	1	1 1		1	1
1	TRADAGEM - DER	1	1	1 1		1	1
1 2206	ISERVICO DA DIVIDA PUBLICA - DER	1	3266.00	1001L1	45.000.000	109111	
		T O T A L		1	187.585.829	1	

Curitiba, 10 de outubro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consubstancia medida dispondo que a representação e consultoria jurídica das Autarquias e Fundações e o assessoramento jurídico da Administração Direta e da Indireta do Estado passam a ser de atribuição de Advogados integrantes de carreira especial a ser instituída na forma da proposição em referência e, assim, atendendo a necessidade de normatização para o exercício e distribuição de competências.

Tal proposta se justifica na medida em que para desincumbirem-se plenamente das extensas atribuições que lhes serão cometidas, necessitam os Advogados de uma carreira devidamente organizada, dotada de estrutura compatível com o nível de complexidade e responsabilidade das importantes funções que exercem.

Por oportuno convém salientar que em razão dos interesses da Administração e com respeito a normas legais constitucionais pertinentes à matéria, foram realizados estudos pela Secretaria de Estado da Administração e do Planejamento e Coordenação Geral, cujas conclusões foram plenamente acatadas e encontram-se incorporadas ao presente anteprojeto de lei que, se aprovado por essa augusta Casa e convertido em lei virá, certamente, dotar as atividades jurídicas do Estado, a cargo dos Advogados integrantes desta carreira, de uma instrumentação legal capaz de atender suas reais necessidades.

Certo de que a medida merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica criada a Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná, integrada pelos ocupantes de empregos e cargos públicos de Advogados e Assistentes Jurídicos estáveis da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná, tendo por atribuição o assessoramento jurídico ao Poder Executivo e a representação judicial das Autarquias.

Parágrafo Único - O exercício do assessoramento jurídico da Administração Direta e a representação judicial das Autar-

quias serão coordenados pelo Procurador Geral do Estado, para fins de atuação uniforme.

Art. 2° - Ficam criados 295 (duzentos e noventa e cinco) cargos da Carreira Especial de Advogado do Estado, estruturados em 5 (cinco) classes, sendo a 5.ª Classe Inicial e a 1.ª Classe Final, havendo entre estas uma porcentagem fixada em ordem decrescente, conforme estabelecido no Anexo Único, que passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 3° - O vencimento básico estabelecido no anexo único, com relação aos beneficiários desta lei, absorve, incorpora e extingue todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente, percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, ressalvados os adicionais por tempo de serviço, ajuda de custo, diárias, salário-família e auxílio-doença.

Parágrafo Único - Os adicionais por tempo de serviço de que trata o "caput" deste artigo serão calculados na forma prevista no art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 quinquênios, à razão de 5% a cada 5 anos.

Art. 4° - Fica fixada em 40 horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da carreira especial de Advogado, ficando vedada a percepção da gratificação pela prestação de serviço extraordinário e pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 5° - O ingresso na Carreira Especial de Advogado do Estado dar-se-á, obrigatoriamente, na Classe Inicial, mediante concurso público de provas e títulos, tendo como membro da banca examinadora representante da OAB/PR e da carreira tratada nesta lei.

Art. 6° - Aos integrantes da Carreira de que trata esta lei aplicam-se os direitos e deveres das carreiras tratadas no Título IV da Constituição Federal, inclusive os reajustes ocorridos durante a tramitação desta lei.

Art. 7° - Aos integrantes da Carreira Especial de Advogado do Estado é garantida:

- I - irredutibilidade de vencimentos;
- II - promoção voluntária por merecimento e antigüidade, alternadamente, observados os requisitos desta lei.

Art. 8° - Fica assegurado aos integrantes da Carreira Especial de Advogado do Estado, inclusive àqueles que compõem o Quadro de Natureza Transitória de que tra-

ta o inciso I do art. 12 desta lei, a percepção de verba de representação, cujo valor será equivalente a 170% (cento e setenta por cento) do vencimento básico.

Parágrafo Único - A vantagem de que trata este artigo integra os vencimentos do cargo para todos os efeitos legais.

Art. 9º - A progressão na Carreira Especial de Advogado do Estado será feita de Classe em Classe, pelos critérios de merecimento e de antigüidade, alternadamente, após a ocorrência de vaga.

Art. 10 - Somente após dois anos de efetivo exercício na respectiva Classe, poderá o Advogado ser promovido por quaisquer dos critérios indicados nesta lei.

§ 1º - Quando não houver candidato que preencha os requisitos deste artigo, poderá, seja por merecimento ou por antigüidade, concorrer à promoção o Advogado que contar com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de exercício na Classe.

§ 2º - O Advogado promovido passará, na Classe superior, a contar novo interstício para efeito de nova promoção.

§ 3º - A Secretaria de Estado da Administração - SEAD fará publicar, no Diário Oficial do Estado, semestralmente, a relação de vagas existentes no Quadro e a lista de Advogados aptos à promoção.

§ 4º - Os Advogados em condições de serem promovidos habilitar-se-ão através de requerimento dirigido ao Secretário de Estado da Administração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação no Diário Oficial.

Art. 11 - Os Advogados integrantes da carreira que trata esta lei permanecem lotados nos órgãos em que se encontram atualmente.

Art. 12 - O enquadramento na Carreira, dos servidores estáveis ocupantes de emprego público de Advogados e dos detentores de cargos de Assistentes Jurídicos, far-se-á da seguinte forma:

I - os ocupantes de emprego público de Advogado atingidos pela estabilidade até que se submetam a concurso para fins de efetivação, ficarão organizados em Quadro Especial de Natureza Transitória, regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, disposto em cinco Classes, conforme estabelece o art. 2º desta lei, observando-se para esta finalidade o critério de pontuação previsto no art. 13, além das seguintes limitações:

a) para a Classe I, percentual de até o limite de 10% (dez por cento) do número de Advogados;

b) para a Classe II, percentual de até o limite de 15% (quinze por cento) do nú-

mero de Advogados;

c) para a Classe III, percentual de até o limite de 20% (vinte por cento) do número de Advogados;

d) para a Classe IV, percentual de até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do número de Advogados;

e) para a Classe V, percentual de até 30% (trinta por cento) do número de Advogados.

§ 1º - Para o preenchimento das vagas, observar-se-á, rigorosamente, a ordem de pontuação obtida pelo servidor.

§ 2º - O Concurso de efetivação compreenderá duas etapas, sendo a primeira constituída de uma prova escrita de caráter objetivo, avaliada em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, envolvendo conteúdo programático fixado na área de Direito.

§ 3º - A segunda etapa do concurso consistirá na avaliação de títulos e observará a seguinte pontuação:

a) tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, um ponto por ano de serviço, até o limite de 5 (cinco) pontos, sendo considerado 1 (um) ano completo a fração igual ou superior a 6 (seis) meses;

b) exercício de Chefia e/ou de atividade jurídica no Poder Executivo, devidamente comprovadas, até o limite de 2,5 (dois pontos e cinco décimos), sendo meio ponto por ano de exercício em função de Chefia ou atividade jurídica, ou por período superior a seis meses, inadmitida a contagem simultânea.

c) aperfeiçoamento profissional: participação de encontros e cursos de aperfeiçoamento referentes à área de Direito, promovidos por entidade oficial, ou trabalho publicado, com valoração de 0,5 (cinco décimos) de ponto por certificado ou publicação, até o limite de 2,5 (dois pontos e cinco décimos).

§ 4º - O resultado final será a soma dos pontos obtidos nas duas etapas, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação superior a 10 (dez) pontos.

§ 5º - A aprovação no concurso referido no § 2º confere efetividade no cargo de Advogado, devendo o candidato ser enquadrado no Quadro Permanente, na mesma Classe em que se encontrava no Quadro de Natureza Transitória, extinguindo-se, neste, o respectivo emprego de Advogado.

§ 6º - Os ocupantes de cargo de Assistente Jurídico, bem como os Advogados que ingressaram em emprego de Advogado mediante concurso público, serão enquadrados no Quadro Permanente, estruturado de acordo com o art. 2º desta lei, observando-se, para esta finalidade, o critério de pontuações previsto no art. 13, e as limitações estabelecidas no inciso I, alíneas "a", a "e", e o § 1º deste artigo.

Art. 13 - Para efeito de enquadramento, tanto no Quadro Transitório quanto no Permanente, serão considerados os seguintes critérios de pontuação:

I - Experiência Profissional

Este grupo terá valor máximo de 5 (cinco) pontos, onde será considerado:

- tempo de efetivo exercício prestado ao Estado do Paraná exclusivamente na função privativa de natureza jurídica: 0,5 (cinco décimos) de ponto por ano ou fração de ano superior de 6 (seis) meses, exceto o tempo adicional.

II - Capacitação Profissional

Este grupo terá valor máximo atribuído de 2 (dois) pontos e serão considerados os cursos concluídos com aproveitamento e carga horária expressa nos certificados:

1. Doutorado em Direito: 2 (dois) pontos;

2. Mestrado em Direito: 1,8 (um ponto e oito décimos);

3. Magistério Superior na área de Direito: 0,5 (meio ponto) por ano, até o limite de 2 (dois) pontos;

4. Especialização em Direito, com carga de 360 horas ou mais: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso;

5. Outro curso de nível superior: 1 (um) ponto por curso;

6. Aperfeiçoamento - que guarde relação com área de Direito, ou que tenha sido patrocinado pela Administração Pública, com carga horária de 120 a 359 horas: 0,8 (oito décimos) de ponto por curso;

7. Atualização - que guarde relação com a área de Direito ou que tenha sido patrocinado pela Administração Pública, com carga horária de 24 a 119 horas: 0,5 (cinco décimos) de ponto por curso.

III - Outros Títulos que guardem relação direta com a categoria funcional de Advogado

Este grupo terá valor máximo atribuído de 2 (dois) pontos, e serão considerados:

1. Exercício de cargo em comissão, função gratificada ou de chefia: 0,2 (dois décimos) de ponto por ano, ou fração de ano, ou fração de ano superior a 6 (seis) meses;

2. Trabalhos publicados e relacionados à área de formação jurídica: 0,5 (cinco décimos) de ponto por trabalho.

IV - Aprovação em Concurso Público prestado à Administração Pública do Estado do Paraná

Este grupo terá valor máximo atribuído de 1 (um) ponto. Será atribuído 0,5 (cinco décimos) de ponto por aprovação.

§ 1º - A distribuição será efetivada de acordo com a pontuação final obtida, obedecidos os percentuais estabelecidos no inciso I, alíneas "a" a "e" do art. 12.

§ 2º - Em caso de empate, prevalecerá a inscrição mais antiga na O.A.B. Seção do

Paraná.

Art. 14 - Os Assistentes Jurídicos e Advogados tratados no § 6º do art. 12, após enquadramento previsto nesta lei, terão seus cargos e empregos originários automaticamente extintos.

Art. 15 - Os empregos de Advogados das Fundações Públicas serão organizados em carreira, na forma prevista no Art. 2º, e o enquadramento obedecerá a sistemática estabelecida nos arts. 12 e 13 desta lei.

§ 1º - Compete aos Advogados das Fundações Públicas a representação judicial e o assessoramento jurídico da Instituição, sob a coordenação do Procurador Geral do Estado, para fins de atuação uniforme.

§ 2º - A quantificação dos empregos e vagas da carreira de Advogado das Fundações Públicas e o primeiro enquadramento dar-se-ão por ato do Chefe do Executivo.

§ 3º - A ascensão funcional, a remuneração e os impedimentos dos Advogados das Fundações obedecerão os critérios fixados nesta lei.

Art. 16 - Para os efeitos da presente lei, a remuneração de Advogado, Classe I, guardará identidade com o limite fixado pela Lei nº 9.105, de 23 de outubro de 1989, alterada pela Lei nº 9.361, de 12 de setembro de 1990, e, para as demais classes, observar-se-á diferença percentual existente entre as mesmas, a partir da aplicação do limitador constitucional ao referido cargo, a fim de manter-se a proporcionalidade de remuneração.

Art. 17 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 18 - Os valores contidos no anexo de que trata o art. 3º serão reajustados nos mesmos percentuais e épocas de vigência dos aumentos concedidos ao funcionalismo em geral, após 1º de outubro de 1990.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO A QUE SE REFERE O ART. 3º

	Básico Cr\$
Advogado 1ª Classe -	
10% dos Cargos.....	78.167,00
Advogado 2ª Classe -	
15% dos Cargos.....	74.258,65
Advogado 3ª Classe -	
20% dos Cargos.....	70.545,71
Advogado 4ª Classe -	

25% dos Cargos.....67.018,43
Advogado 5. Classe -
30% dos Cargos.....63.667,51

Os valores da remuneração básica constante deste anexo referem-se ao mês de setembro de 1990. Ofícios:

Ofício n. 569/90-AJ

Curitiba, 27 de setembro de 1990.

Senhor Deputado.

Com o presente encaminhamos, xerox do Despacho Secretarial, exarado pela Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, nos Autos 021/90, de Sindicância, protocolada sob n. 825.816-3/90-SEED, com referência à denúncia formulada por Vossa Excelência, para conhecimento.

Na oportunidade apresentamos a Vossa Senhoria protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente
(a) SÔNIA MACHADO FARIAS
Assessora Jurídica

Secretaria de Estado da Educação

Protocolado - N° 825-3/90 - SEED
Assunto - Sindicância
Autos - N° 021/90
Resolução - N° 2.363/90
Interessado - Colégio Rui Barbosa
Município - Curitiba

Aprovo o Relatório da Comissão de Sindicância e determino o Arquivamento dos Autos 021/90.

Secretaria de Estado da Educação,
em 18.09.90

(a) GILDA POLI ROCHA LOURES
Secretária de Estado da Educação

Senhor Presidente.

Tendo em vista a necessidade de atender interesses profissionais particulares, comunico a Vossa Excelência que estarei ausente do país no período de 10 a 22 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 11.10.90

(a) LUCIANO PIZZATTO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2266

A Mesa solicita aos Senhores Líderes de Bancada que promovam a indicação dos membros que deverão compor a Comissão Permanente de Fiscalização, criada pela Resolução n. 50/90, com a composição já enunciada pela Presidência.

Lembra, ainda, que, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, combinado com o art. 28 do Regimento da Câmara dos Deputados, as indicações devem ser formalizadas no prazo de cinco sessões a contar desta data; se tal não ocorrer, a Mesa suprirá

de ofício, as indicações, promovendo a instalação regular da citada Comissão.

REQUERIMENTO N° 2263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 499/90.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY
ANTÔNIO ANNIBELLI
JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 2261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões, do Projeto de Lei n. 482/90.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2255

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, solicitando informações sobre a constante interrupção no abastecimento de água no Conjunto Residencial Fernão Dias, São Brás - Santa Felicidade, nesta Capital, diariamente no horário entre as 09:00 e 23:00 horas.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O abaixo assinado demonstra, claramente, a situação insuportável em que estão colocados os moradores do bairro em questão, onde a interrupção constante há mais de oito anos no abastecimento provoca problemas sérios à população, bem como a desvalorização dos imóveis ali existentes.

É preciso alertar que os subscritores

do abaixo assinado são contribuintes das taxas de água e esgoto e exatamente por isso têm o direito a um serviço eficiente de abastecimento.

Temos certeza de que os técnicos da SANEPAR saberão detectar a origem do problema, solucioná-lo, proporcionando a todos um serviço ao nível daquela Companhia, livrando a população dos terríveis incômodos que obstruem a normalidade da vida comunitária e, inclusive, impedindo a manutenção dos padrões mínimos de asseio e higiene.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 108/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de ITACOLOMI, desmembrado do Município de Cambira.

Divisa do Município de Cambira: Principiando às margens do Ribeirão Cambira, sobe pela Estrada Ozorinho (EO-509) até a divisa dos lotes n°s 122-A e 123 da Gleba Rio Bom; segue pela referida divisa em linha seca até encontrar a estrada asfaltada denominada "Dom Romeu Alberti", antiga estrada da EO-001, desce pelo asfalto até a divisa dos lotes rurais n°s 88-B e 89 da Gleba Itacolomi; segue em linha seca pela divisa dos referidos lotes até alcançar o córrego até sua foz no Córrego Militar; segue pelo Córrego Militar até sua foz no Ribeirão Itacolomi; sobe pelo Ribeirão Itacolomi até a divisa entre os lotes rurais n°s 280 e 281 da gleba Itacolomi; segue pela referida divisa, em linha seca, até alcançar a Estrada dos 300 Alqueires (EO-002) sobe pela referida estrada até alcançar a Estrada do Pavani (EO-519) e finalmente, segue pela mesma EO-519 até alcançar as margens do Ribeirão Marumby.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 109/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de RIO BRANCO DO IVAÍ.

"Começa no rio Ivaí, na Balsa denominada Porto Espanhol, deste ponto por uma linha seca rumo Nordeste, até a estrada próxima às nascentes do ribeirão da Limei-

ra, seguindo pela referida estrada rumo Sudeste, até a nascente da Água do Gomes, por este abaixo até sua foz no córrego Piracanjuba e deste abaixo, até o Ribeirão Catanduvas, pelo qual desce até o Rio Branco, onde segue por este acima até a foz do Córrego Gamelão, onde segue por este acima até a sua nascente, daí por uma linha seca alcança a nascente do rio do Tigre, pelo qual desce até sua foz no rio Ivaí, e por este abaixo até a balsa denominada Porto Espanhol, ponto de partida".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

RESOLUÇÃO N° 110/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito no atual Distrito Administrativo e Judiciário de Itaperuçu, no Município de Rio Branco do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ITAPERUÇU.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: ALGACI TÚLIO.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 509/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a alienação, a título de doação, do imóvel sito à rua Goianazes, 368, em Pato Branco, para a Prefeitura daquele Município.

Parágrafo Único. O imóvel a ser doado se constitui em prédios e terreno situado na Avenida Goianazes, esquina com a Rua Araribóia, com 32,90m de frente para a Rua Goianazes; 19,50m para a rua Araribóia, transcrito sob o n° de ordem 11180 do livro 3-I, fls. 280 do 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2° - O imóvel objeto da doação de que trata esta lei fica gravado com a cláusula de inalienabilidade que deverá constar do respectivo título e será destinado à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pato Branco - Creche "Toca do Coelhinho", que tem por finalidade a proteção à maternidade e à infância em geral, obedecidos os seus estatutos, considerada de Utilidade Pública pela Lei n° 6913/77, de 02 de setembro de 1977.

Art. 3° - No caso de utilização diver-

sa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pato Branco foi fundada em 29 de setembro de 1968 para suprir uma lacuna, tal era a necessidade de apoio às gestantes e crianças, especialmente as recém-nascidas.

Prestando assistência às mães menos favorecidas, oriundas de regiões rurais e as suas proles, o seu campo de ação é muito abrangente.

Inicia com a prestação de esclarecimentos às mães, estendendo-se a assistência no que se refere à higiene, alimentação, proteção, educação, recreação, numa batalha diuturna contra todos os males que a falta de amparo pode ocasionar.

Atende atualmente cinquenta crianças com idade que varia de 2 a 6 anos, fornecendo-lhes além de educação e assistência social, cinco refeições diárias, ou seja, da primeira à última refeição do dia.

As crianças assistidas são de famílias que vivem na área rural de Pato Branco, cujos pais são lavradores e as mães, geralmente domésticas ou diaristas trabalhando no centro da cidade.

A creche é mantida pela APMI, é conhecida como "Toca do Coelhoinho", funcionando em um prédio de propriedade da Secretaria de Estado da Saúde, na rua Goianazes, 368, esquina com a rua Araribóia.

Esta localização é estratégica, pois fica no centro nervoso de Pato Branco.

Sendo grande a demanda de vagas, a entidade sente necessidade de ampliar suas instalações, aumentando assim sua capacidade de atendimento.

A construção de um berçário é imprescindível e urgente.

Os dirigentes sabem que poderão obter os recursos para tais ampliações seja através de órgãos municipais, estaduais e federais, seja através de donativos, contribuições ou campanhas, pois a energia e vontade que necessitam é alimentada e incentivada pela certeza da relevância social da obra que administram.

Entretanto, não podem investir no imóvel, pois é propriedade do Estado.

Dai o objetivo do presente plano de lei. Quando o imóvel pertencer de direito ao governo municipal que já vem se responsabilizando pelo pagamento dos funcionários da creche.

As obras de ampliação poderão ser executadas, e com elas os serviços prestados à maternidade e à infância.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Depois de uma eleição em que todos nós participamos como candidatos, como eleitor simplesmente. o que resta para o Parlamento, para os políticos é tirar lições. Lições que virão a beneficiar no futuro a classe política e também a população.

Neste dia lendo o jornal, o respeitoso jornal Folha de São Paulo, mais especificamente a coluna do Senador Henrique Cardoso, que coloca muito claramente a sua posição, posição essa que nós entendemos necessária uma análise, uma avaliação dos parlamentares eleitos e não eleitos e da classe política.

Eu até gostaria de ler, Sr. Presidente, parte deste texto, para que fosse registrado nos Anais desta Casa, que diz:

(Lê): A enxurrada de votos brancos e nulos, menor na escolha dos candidatos majoritários, mas mesmo assim altíssima, obriga os políticos a repensarem os caminhos que estão sendo trilhados.

Culpar o eleitorado de desinformação ou culpar a mídia por desmoralizar os políticos é meia verdade que não explica o ocorrido. Ambos fatores ocorriam em eleições anteriores, como as presidenciais de 89 e as proporcionais em 86, e não obstante o povo votava.

É preciso que os dirigentes políticos, sem exceção, façam um processo de autocrítica. Essa autocrítica (como se dizia nos áureos tempos stalinistas) não pode ser, entretanto, nem uma lavagem de roupa suja interna aos partidos nem uma farsa na qual o responsável pela derrota seja sempre "o outro" (como era na autocrítica stalinista).

Começemos pelo mais geral, ocupando-nos apenas das eleições proporcionais. Enquanto o Executivo, depois da eleição de Collor, age, atropela, se posiciona, o Legislativo continua se lamuriando, propondo mais benesses e não decidindo. A sensação do público é a de que no Legislativo prevalece a demagogia e o interesse pessoal dos parlamentares. A negociação democrática virou "barganha", troca de favores.

Isso ocorre tanto porque o Congresso até hoje não assumiu seus poderes constitucionais (não diz não as mais disparatadas medidas provisórias) e porque a oposição (e é a ela que cabe, na situação atual, mostrar outro estilo de ação parlamentar) continua tratando um governo eleito que propõe medidas como se ele fosse "filhote da ditadura". Sendo assim, não se

procura analisar cada medida em função do interesse do país nem negociar legitimamente nada. Busca-se a soma de votos que derrotem o governo. A liderança governista, por sua vez, inexistente. É o Planalto, sem papo, quem manda e ponto final. Não há acordo em benefício do país. Não se pergunta se há alternativas melhores. Nada. Vota-se para esmagar a oposição ou se ganha na marra pelo decurso de prazo.

Não há partidos. Há líderes mais ou menos influentes e responsáveis e uma massa de parlamentares que está para a liderança assim como o eleitorado para os candidatos: distante, desconfiada e pronta a "dar o troco".

Em segundo lugar, vêm as mordomias. Reais ou imaginárias. Pouco importa dizer que os parlamentares federais recebem hoje cerca de 400 mil cruzeiros e não um milhão e duzentos mil que um candidato apregoava. O fato é que a opinião pública acreditava que o parlamentar ganha "um dinheirão", nomeia parentes e não trabalha.

Se o Congresso quiser revalorizar-se, deve acabar com o empreguismo, enxugar a máquina administrativa, punir a ausência e decidir, sobretudo decidir. Só assim poderá enfrentar a onda injusta (quando o for) de desmoralização do Congresso pela mídia.

Por fim, independentemente do parlamentarismo, o Congresso deve aprovar já mudanças na legislação partidária e eleitoral. É preciso ter coragem e acabar com a farsa de 70 legendas, muitas das quais são balcões de negócios.

E, sobretudo, é preciso instituir o voto distrital misto, que não quebra a proporcionalidade das minorias e não reduz as Câmaras às lideranças, regionais. O voto distrital permite maior conhecimento dos candidatos pelos eleitores, barateia as campanhas e dá nome aos bois: não serão "os políticos" que não prestam, em um dado distrito, mas "fulano de tal". É preciso "fulanizar" a sem-vergonhice, a incompetência e a corrupção. Só assim separaremos o joio do trigo e teremos condições morais para pedir voto ao povo.

(Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDC.
(Declina).

Consulta à Liderança do PFL.
(Declina).

Consulta à Liderança do PTB.
(Declina). Consulta à Liderança do PRN. (Declina).

Consulta à Liderança do PDT.
(Declina).

Consulta à Liderança do PL. (Declina).
Consulta à Liderança do PT. (Declina).
Consulta à Liderança do PSDB. (Declina).
Consulta à Liderança do PDS. (Declina).
Consulta à Liderança do PMDB. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 24 Srs. Deputados.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, apenas para um comunicado.

Gostaria de encaminhar à Mesa o resultado da sindicância que eu mesmo solicitei à Secretaria de Educação com relação à denúncia feita pelo Deputado José Felinto deste plenário. O teor do ofício 569, que acabo de receber, com data de 27 de setembro deste ano, diz o seguinte:

"Com o presente encaminhamos xerox do despacho secretarial exarado pela Exma. Sra. Secretária de Educação, nos autos 021/90, de sindicância, protocolado sob o número 825, 816-3/90 com referência à denúncia formulada por V.Exa., para conhecimento.

Doutora Sonia Machado Farias.
Assessora Jurídica."

Em apenso a decisão da Secretária de Educação. Diz o seguinte:

"Aprovo o relatório da comissão de sindicância e determino o arquivamento dos autos 021/90.

Secretaria de Estado de Educação, 18 de setembro de 1990."

Gostaria de encaminhar à Mesa uma cópia deste documento para publicação no Diário da Assembléia, para poder valer e colocar um ponto final sobre esta denúncia que agora terá prosseguimento evidentemente no Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Será anotado e publicada no Diário da Assembléia.

Mensagem nº 179/90, de autoria do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, comunicando a esta Casa, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação da Carreira Especial de Advogado do Estado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, comunicando que se ausentará do país no período de 10 a 22 de outubro do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 008/89, de autoria do Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Conjunto Marechal Rondon - AMCMR, em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 406/90, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito o Município de YOLANDA, desmembrado do Município de Ubatã, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 450/90, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que autoriza o Poder Executivo a doar a "Associação Nacional Anti-drogas", área conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 452/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 148/90), que autoriza a abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento Próprio da Fundação Teatro Guaíra-FTG, aprovado pela Lei n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, no valor de Cr\$ 25.865.373,00 (Vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e três cruzeiros), na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 483/90, de autoria do Tribunal de Justiça (Ofício n° 64/90), que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário em 43% (quarenta e três por cento), a partir de 1° de setembro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 484/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n° 65/90), que fixa os níveis de

vencimentos dos cargos em comissão do Poder Judiciário, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 485/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS (Mensagem n° 814/90), que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Tribunal de Contas do Estado, em 43% (quarenta e três por cento) a partir de 1° de setembro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 078/90, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de NOVO SARANDI. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 065/89, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Terra Roxa", com sede e foro no Município de Terra Roxa. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 15 de 03.04.89)

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 153/89, de autoria do Deputado NEIVO BERLALDIN, que concede uma pensão mensal de um salário de referência à viúva do ex-delegado de Polícia da Cafelândia, Senhora NELI VIEIRA DA CRUZ GENITORI. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 55 de 20.06.89).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 164/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de Itaperuçu, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 62 de 29.06.89).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 207/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad-referendum" do resultado do Plebiscito o Município de Vila Branca, com território desmembrado do Município de Cerro Azul, com as divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37 de 09.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 304/90, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostomizados (APO), sociedade civil representativa de classe, com sede e foro à Rua Marechal Floriano Peixoto, 250 - 11° andar, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Aprovado. (Public. no DA. n. 53 de 15.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 395/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a participação do Estado no Módulo Industrial do Xisto (empreendimento em fase de conclusão pela Petrobrás, situado em São Mateus do Sul). Aprovado. (Public. no DA. 86 de 06.08.90)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 457/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que inclui no artigo 23 da Lei n. 8.933 de 26 de janeiro de 1989, conforme especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 101 de 28.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 462/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná - AÇUNGUI, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Public. no DA. n. 101 de 28.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 482/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dispõe sobre os vencimentos dos Agentes de Reclusão do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. (Public. no DA. n. 108 de 12.09.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n. 482/90. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 490/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Marcos Olsen. Aprovado. (Public. no DA. n. 110 de 18.09.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 503/90, autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que doa à prefeitura de Guaratuba o imóvel pertencente a COPASA, localizado no Distrito de Cubatão, Município de Guaratuba. Aprovado. (Public. no DA. n. 117 de 09.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 056/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, fica ratificado o Convênio, já celebrado, por motivo de urgência, em 23 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAB e Município de Curitiba, visando a proteção, conservação, manutenção e fisca-

lização do Parque Estadual Papa João Paulo II, localizado no Centro Cívico nesta Capital. Aprovado.

Sobre a Mesa, requerimento de n. 2261, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2255, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2263, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury, Antônio Annibelli e João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa solicita aos Senhores Líderes de Bancadas que "promovam a indicação dos membros que deverão compor a Comissão Permanente ... (Lê):

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Qual é a composição de cada partido, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB, dois membros; PSDB, um membro; PFL, um membro, PDT, um membro; PRN, um membro, PTB um membro.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Quero registrar a presença neste Plenário do Prefeito de Ivaiporã, Antônio da Paz Rosa Filho, que se faz acompanhar de liderança daquele Município.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Será devidamente anotada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 65, 153, 164/89, 207, 304, 395, 457, 462, 490 e 503/90.

e do Projeto de Resolução n. 56/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 325/89, 365, 417, 447, 480 e 499/90.

Levanta-se a sessão: